

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tem déficit de R\$ 104,5 bilhões até agosto..... 3

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo nas contas públicas, criador do ChatGPT quer dispositivo movido por IA e o que importa no mercado 4

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas registram déficit de R\$ 79 bilhões no acumulado do ano, e dívida bruta sobe para 74,7% do PIB 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

TCU aponta riscos e faz sugestões 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

TCU pede que exceções sejam avaliadas ano a ano e revistas em 2034 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da cesta básica beneficia mais rico que pobre, diz Corte 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governador do Piauí é contra teto para novo imposto 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Capitais temem perda com a Reforma Tributária 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

TCU defende "cashback" para baixa renda em vez de desonerar cesta básica 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Barra está ligeiramente mais alta" para acelerar corte de juros, diz BC 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad se reaproxima de Lira: veja como o ministro tenta destravar pauta econômica na Câmara 18

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode redistribuir recursos entre cidades e penalizar capitais, diz Ipea. Veja por quê 20

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Galípolo, cenário externo inibe cortes maiores nos juros..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O esgarçamento do quadro fiscal - ROGÉRIO WERNECK..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação na indústria sobe em agosto e recua no ano..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por que é quase impossível cortar gastos (Artigo)..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TRF-6 mantém Imposto de Renda sobre incorporação de ações..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

América Latina em rota perigosa (Editorial)..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O lado exuberante da economia - CELSO MING..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sem pose para foto (Editorial)..... 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Diálogo de Lula e Campos Neto faz bem para economia (Editorial)..... 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

BC eleva projeção de expansão do PIB de 2% para 2,9% este ano..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economista sugere mudar gasto para acomodar precatórios..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Banco Central vê ociosidade menor na economia (Editorial)..... 37

Governo tem déficit de R\$ 104,5 bilhões até agosto

I FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPO/BRASÍLIA

As contas do governo registraram novo rombo em agosto. A diferença entre as receitas e as despesas (sem contar os juros da dívida) ficou negativa em R\$ 26,350 bilhões. O resultado sucedeu ao déficit de R\$ 35,933 bilhões em julho.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, da **Previdência Social** e do Banco Central - é o quarto pior da série histórica para o mês. Em 2020, o recorde negativo foi de R\$ 119,844 bilhões no mês, corrigido pela **inflação**.

Já nos oito primeiros meses do ano, as contas do governo acumulam um déficit de R\$ 104,590 bilhões - também o quarto pior da série histórica em termos reais.

Em agosto, as receitas tiveram queda real de 9,1% em relação a igual mês do ano passado.

No acumulado do ano, houve baixa de 5,8%. Já as despesas encolheram 18,5% em agosto, já descontada a **inflação**.

A meta fiscal para este ano admite um déficit de até R\$ 216,4 bilhões nas contas do governo, de acordo com o último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em setembro. Nesse mesmo documento, o governo estimou um resultado deficitário de R\$ 141,4 bilhões, equivalente a 1,3% do **PIB**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Rombo nas contas públicas, criador do ChatGPT quer dispositivo movido por IA e o que importa no mercado

Artur Búrigo

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta sexta-feira (29). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

As contas do governo central (Tesouro, Banco Central e **INSS**) fecharam os oito primeiros meses do ano com um rombo de R\$ 104,6 bilhões.

Em números: nos primeiros oito meses dos dois outros mandatos de Lula (PT), o país terminou com superávit (receita maior que despesa, sem contar gasto com juros). Em 2003, de R\$ 107,8 bi. Em 2007, de R\$ 129,2 bi.

As coisas começaram a degingolar a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT). Em 2015, o déficit (despesa maior que receita) foi de R\$ 26,3 bi, e em 2019, sob Jair Bolsonaro (PL), o rombo passou para R\$ 66,4 bi.

O que explica o atual rombo:

As quedas estão concentradas em royalties, dividendos, concessões e contribuições previdenciárias. Nas despesas, o grosso foi puxado por **INSS**, Bolsa Família e medidas de apoio a estados e municípios.

O esfriamento da **inflação**, principalmente a ligada ao setor produtivo, como os preços de commodities, ajuda a explicar o terceiro resultado negativo seguido da arrecadação em agosto, afirmam os economistas.

O que diz o governo: neste primeiro ano, há uma série de despesas contratadas, enquanto a equipe econômica ainda trabalha para recompor a arrecadação, afirma o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Sim, mas. O novo arcabouço fiscal do governo depende justamente da alta das receitas para atingir as metas fiscais.

Opinião | Vinicius Torres Freire: Em um ano, governo perde dinheiro que dá para pagar metade do Bolsa

Família; leia a coluna.

Depois de ter revirado o mundo da tecnologia com o lançamento do ChatGPT no fim do ano passado, Sam Altman, presidente da OpenAI, mira uma nova revolução: criar um hardware (um dispositivo físico, como um celular ou computador) abastecido com IA (inteligência artificial).

Para isso, ele tem se encontrado com Jony Ive, o responsável pelo desenho do primeiro iPhone e de várias gerações seguintes -que deixou de ser funcionário da Apple em 2019.

Também participa da conversa Masayoshi Son, outro titã da tecnologia. O japonês é presidente do Softbank, maior fundo de investimentos do setor.

A negociação foi revelada pelo site especializado Information. Nesta quinta(28), o Financial Times trouxe mais detalhes sobre ela.

O que se sabe até agora: pouca coisa, porque as conversas estão em fases iniciais, segundo as reportagens. Não se sabe, por exemplo, como será o tal dispositivo e se a própria OpenAI irá fabricá-lo.

Altman tem encontrado Ive no estúdio do designer pelos últimos meses para levantar ideias. Os planos são usar a tecnologia da OpenAI para desenvolver um produto físico voltado ao público amplo.

O próximo iPhone? Quando o ChatGPT foi lançado, o produto foi tratado como tão revolucionário para a tecnologia quanto foi a primeira versão do carro-chefe da Apple, que trouxe à tona o conceito de smartphone.

A comparação foi compartilhada pelo próprio Altman no X (ex-Twitter) em fevereiro deste ano. Agora, o americano pode estar indo atrás da empresa que mais inova em hardwares no mundo.

O que cada um traz para a mesa:

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Rombo nas contas públicas, criador do ChatGPT quer dispositivo

movido por IA e o que importa no mercado

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/rombo-nas-contas-publicas-criador-do-chatgpt-quer-dispositivo-movido-por-ia-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>

Contas públicas registram déficit de R\$ 79 bilhões no acumulado do ano, e dívida bruta sobe para 74,7% do PIB

As contas do setor público consolidado (Governo Federal, Previdência e Banco Central) registraram um déficit primário de R\$ 79 bilhões nos oito primeiros meses deste ano, piora em relação ao mesmo período de 2022, quando as contas públicas haviam registrado um superávit de R\$ 120,05 bilhões.

No mês de agosto, esse saldo foi negativo em R\$22,8 bilhões, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central. No mesmo mês de 2022, o déficit foi superior, ficando em R\$30,3 bilhões.

Para o oitavo mês deste ano, foi o governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e BC) que puxou as contas para o negativo, com déficits de R\$26,2 bilhões. O número foi parcialmente compensado pelo superávit de R\$2,5 bilhões nos governos regionais e de R\$866 milhões nas empresas estatais.

O dado do BC é sempre divulgado um dia após o número do Tesouro Nacional, que já havia anunciado, na quinta-feira, um déficit de R\$ 26,35 bilhões em agosto.

Por sua vez, a dívida bruta do governo geral (Governo Federal, **INSS** e governos estaduais e municipais) ficou em 74,4% do **PIB** ou R\$7,8 trilhões. Houve uma alta de 0,4 ponto percentual em relação ao resultado de julho.

Uma das metas da equipe econômica é estabilizar a dívida bruta do governo para baixo do nível de 75% do **PIB** até 2026.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/29/governo-registra-deficit-de-r-79-bilhoes-no-acumulado-do-ano-e-divida-bruta-sobe-para-747percent-do-pib.ghtml>

TCU aponta riscos e faz sugestões

Jonas Carvalho/Gabinete do Senador Eduardo Braga



Bruno Dantas e Eduardo Braga na reunião no gabinete do senador Henrique Lessa

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, entregou ao senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária**, um estudo da Corte sobre o tema. O documento, elaborado por um grupo técnico, foi solicitado pelo parlamentar e levantou informações, riscos e sugestões para o projeto que tramita no Senado.

As conclusões do corpo técnico do TCU apontam, em linha com o Ministério da Fazenda, que uma alíquota única sobre o consumo teria um impacto mais positivo. "O melhor modelo para promover o crescimento é o que tem uma base ampla que abrange todo o consumo final e uma taxa única de imposto", diz o relatório.

A entrega ocorreu ontem, pouco antes de o Senado iniciar uma audiência pública com prefeitos de todo o país para debater os impactos da **reforma tributária** nos municípios. Braga prometeu apresentar o parecer dele em breve. "Iniciamos agora a fase final dos nossos trabalhos e começamos a preparar o relatório que ofereceremos à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado", afirmou.

O documento do TCU foi bem avaliado pelo secretário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. "O estudo mostra que a reforma tem um impacto positivo sobre o crescimento da economia favorável para todos os setores. Mostra que o Conselho Federativo é uma forma eficiente de cobrar, e não fere o pacto federativo", ressaltou ao Correio. "O

relatório também mostra que, quanto mais exceções, mais distorções. E que o ideal era ter o mínimo de exceções e usar mais o cashback, recomendando uma revisão periódica do impacto econômico dessas exceções", acrescentou.

Mas o secretário preferiu não opinar sobre as sugestões do documento, tarefa que entende ser do Senado.

Estudos preliminares apontaram uma alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - sem os incentivos fiscais aprovados pela Câmara - de 22%, com a manutenção da atual carga tributária. Já com as exceções criadas, as projeções indicam que, se não forem alteradas no Senado, a alíquota fica em torno de 27%.

O próprio documento do TCU indica reconhecer que a reforma só deve passar atendendo demandas de alguns setores econômicos e sugere que o Senado inclua uma avaliação anual para essas isenções a setores. "Incluir dispositivo prevendo que as exceções à alíquota padrão serão submetidas a avaliações anuais de custo-benefício entre 2026 e 2033, se vale a pena ou não manter essas exceções à alíquota", recomenda o texto.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Reforma tributária: em estudo, TCU aponta riscos e faz sugestões

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/29/all.pdf>

TCU pede que exceções sejam avaliadas ano a ano e revistas em 2034

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) quer que a lista de setores e atividades a serem beneficiados com uma alíquota reduzida na proposta de **reforma tributária** passe por uma avaliação anual sobre o seu custo-benefício.

Em documento entregue ao relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDBAM), o TCU recomenda a inclusão na Constituição de dispositivo prevendo que as exceções à alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) sejam submetidas anualmente, entre 2026 e 2033, a esse crivo. Pela proposta, a análise servirá para que, dez anos após a aprovação da reforma, em 2034, o Congresso avalie se vale a pena ou não manter as exceções.

Esse é um dos temas mais sensíveis nas negociações da proposta no Senado, uma vez que vários setores que não foram beneficiados na Câmara estão fazendo lobby no Senado para também entrar na lista de exceções - entre eles, saneamento, reciclagem e energia.

Empresas de alguns setores de alimentos estão preocupadas com o risco de o Imposto Seletivo, também previsto na reforma, acabar incidindo sobre seus produtos com a classificação de "junk food" - ou seja, prejudicial à saúde.

A pressão dos lobbies levou ao aumento de audiências públicas no cronograma da reforma no Senado, porque os representantes desses setores querem ser ouvidos e participar da discussão. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também está fazendo debates sobre a reforma e apresentará sugestões de emendas, que serão reunidas num documento a ser encaminhado ao relator Eduardo Braga.

Braga tem reunião marcada com o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), para, segundo ele, "afinar a viola". A CAE ficou fora da tramitação da reforma, mas faz pressão nos bastidores para que suas emendas ao texto sejam analisadas e consideradas pelo relator.

ALÍQUOTAS. Pelo texto aprovado na Câmara, o TCU será responsável pela definição da alíquota-padrão

que servirá de referência para os dois **tributos** a serem criados pela reforma: a CBS (da União) e o IBS (Estados e municípios). Cada Estado e município poderá fixar a sua alíquota, mas ela terá de ser a mesma para todos os bens e serviços (menos os da lista de exceções).

Por isso, o afincado de muitos deles para conseguir um "lugar" nessa lista, que está incluída no texto constitucional.

No documento, de 144 páginas, o TCU também relatou que refez os cálculos sobre a alíquota-padrão e chegou aos mesmos resultados do Ministério da Fazenda.

No estudo divulgado em agosto, a Fazenda estimou que, em um cenário chamado de "factível", a alíquota seria de 25,45%. Em um cenário "conservador", de 27%. Sem as exceções, a alíquota ficaria entre 20,73% e 22,02%.

"Sobre o custo das exceções, os principais estudos mostram que a redução de alíquota e isenções de **tributos** sobre consumo não são soluções efetivas como políticas públicas" Trecho de documento com avaliações do TCU

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desoneração da cesta básica beneficia mais rico que pobre, diz Corte

BIANCA LIMA ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A criação de uma cesta básica nacional com imposto zero, como propõe o projeto de reforma tributária discutido no Senado, vai reduzir em R\$ 70 bilhões a arrecadação de União, Estados e municípios, e beneficiar mais os ricos do que os pobres, segundo o relatório do TCU.

Do total da perda de arrecadação, apenas R\$ 4,5 bilhões seriam apropriados pelos 10% mais pobres da população do País, aponta o estudo. Já os 10% mais ricos se apropriariam de R\$ 13,4 bilhões.

A Corte também destaca que a "complexidade de fiscalização dos itens isentos, além das disputas judiciais para inclusão de itens, traria maiores custos administrativos para todo o Estado".

A reforma em discussão no Senado prevê alíquota zero do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado, que vai substituir os tributos atuais) para uma cesta básica nacional, que terá os itens definidos por meio de lei complementar. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulgou uma lista com 37 produtos, que deve servir de base para a discussão.

Na avaliação do TCU, o benefício teria maior efeito distributivo se fosse direcionado ao programa Bolsa Família ou a um sistema de "cashback", com devolução de parte do tributo ao consumidor de baixa renda. Esse mecanismo, defendido pelo secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy, encontra resistência no Congresso.

O TCU calcula que os efeitos negativos da taxação da cesta básica poderiam ser eliminados a partir de um reforço de R\$ 40 bilhões no Bolsa Família, o que representaria um aumento de 24% na verba do programa.

Uma solução via cashback também teria custo equivalente a R\$ 40 bilhões.

Os outros R\$ 30 bilhões poderiam ser utilizados em programas ligados à insegurança alimentar, que normalmente são focados nas famílias mais pobres, afirma o TCU.

"O cashback da tributação sobre consumo é uma

possível boa resposta a um problema que o TCU apontou recentemente, quando comparou a desoneração da cesta básica ao Bolsa Família. Enquanto o Bolsa Família ensejou uma redução de 1,7% na desigualdade de renda, no caso da desoneração da cesta a redução foi de apenas 0,1%", disse ao Estadão o presidente do TCU, Bruno Dantas. "Curioso que à época, em 2019, os dois tinham custos muito parecidos, da ordem de R\$ 30 bilhões. O Bolsa Família é quase 20 vezes mais efetivo do que a desoneração da cesta básica", afirmou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governador do Piauí é contra teto para novo imposto

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), é contrário à inclusão na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** de um teto para o valor da alíquota do novo tributo dos Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O governador afirma que "não dá para fazer uma limitação artificial" da alíquota do IBS que será criado com a reforma.

Fonteles cobra que os critérios de partilha do Fundo de Desenvolvimento Regional estejam no texto constitucional e que o rateio seja inversamente proporcional à renda per capita (por pessoa) dos Estados.

Ou seja: os Estados mais pobres receberiam mais, modelo chamado de "**PIB** invertido".

O petista também cobrou mudanças no modelo de decisão do Conselho Federativo, órgão que será criado para gerir o IBS, a ser cobrado pelos Estados e municípios. Ele defende que, nas decisões do conselho, haja um quórum, por exemplo, de 70% dos Estados para a aprovação das propostas que passarem pelo órgão.

O debate sobre a fixação de um limite máximo para o IBS e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo federal, foi motivado pelo temor de empresários de que a soma dos dois **impostos** acabe resultando na maior alíquota do mundo, superior a 30%. "A alíquota será aquela para garantir a carga tributária atual. Se colocar isso como princípio da emenda constitucional, que é o que todos defendem, já estará atendendo a esse requisito de manutenção da carga tributária." O relator da PEC no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), foi o primeiro a falar em fixar um teto. Ele, porém, não confirmou se a proposta será incluída no seu relatório. A ideia de um limite foi defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pela proposta aprovada na Câmara, o Tribunal de Contas da União (TCU) será responsável pelo cálculo da alíquota de referência. O Ministério da Fazenda calculou que ela pode ficar entre 25,45% e 27% após a inclusão das exceções aprovadas na Câmara. Se o Senado aumentar a lista, o valor sobe.

Na avaliação do governador, o debate em relação à alíquota é, na prática, sobre a quantidade de segmentos que terão direito à alíquota reduzida. Quanto mais segmentos beneficiados, maior será a alíquota-padrão.

"O País tem um nível de receita do qual não pode abrir mão", diz Fonteles.

PONTOS POLÊMICOS. Ele diz que a reforma tem grande chance de aprovação, mas o texto precisa de revisão pelos senadores com aperfeiçoamento de pontos mais polêmicos, como o Fundo de Desenvolvimento Regional. Ele defende a ampliação do aporte do governo federal para o fundo para um valor intermediário entre os R\$ 40 bilhões - previstos no texto aprovado na Câmara - e os R\$ 75 bilhões propostos pelos governadores.

Segundo ele, a forma de partilha precisa estar na Constituição, porque há risco de o fundo ser desvirtuado posteriormente se a partilha for feita por lei complementar, como consta no texto aprovado na Câmara.

"O objetivo do fundo é combater a desigualdade regional. O critério tem de ser o inverso do desenvolvimento da região", argumentou.

A proposta foi rebatida pelos governadores dos Estados mais ricos, como Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo. O governo paulista propôs uma divisão com base no cadastro de pessoas atendidas pelo programa Bolsa Família.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Capitais temem perda com a Reforma Tributária

VINICIUS NEDER

A **Reforma Tributária** promete melhorar a independência financeira da maioria das prefeituras, ao redistribuir entre as cidades a fatia do bolo da arrecadação com **impostos** que cabe à esfera municipal, mas poderá enfraquecer as finanças das capitais.

Se a mudança for imediata, apenas São Paulo teria potencial de perda de R\$ 17,1 bilhões de arrecadação em um ano, segundo projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A prefeitura do Rio também poderia deixar de arrecadar R\$ 680 milhões, enquanto a capital mineira teria ganho de R\$ 180 milhões.

As prefeituras de Rio, São Paulo e Belo Horizonte informaram ao GLOBO que veem as mudanças com ressalvas.

-Em que pese que não temos uma definição de alíquotas, a nossa preocupação é como ficam as finanças municipais com a reforma - disse a secretária municipal de Fazenda e Planejamento do Rio, Andrea Senko.

MUDANÇA DRÁSTICA O secretário municipal de Fazenda de São Paulo, Luis Felipe Arrellano, pondera que as mudanças propostas são muito drásticas e teme que resultem em aumento da carga tributária: - Aqueles entes municipais que perderem arrecadação, e isso vale para os estados também, quando se virem no difícil dilema entre cortar serviços públicos e elevar suas alíquotas acima das alíquotas de referência, a solução vai ser elevar as alíquotas.

E aqueles que tiverem ganho de arrecadação tenho certeza de que não vão reduzir a alíquota de referência.

Diferentemente da maioria das pequenas cidades, capitais e cidades de maior porte têm receita própria. Com economias pujantes, arrecadam muito com o Imposto sobre Serviços (ISS), que é municipal no sistema atual.

Segundo Arrellano, a prefeitura de São Paulo arrecadou R\$ 26 bilhões com ISS no ano passado. É a maior fonte de receita da administração paulistana,

respondendo por cerca de 30% do total.

Com a reforma, o ISS e o ICMS, estadual, serão fundidos - junto com os federais IPI, PIS e Cofins - no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com uma parte federal e outra subnacional. Os municípios receberão uma parcela do futuro IVA subnacional, o IBS - uma parte diretamente, outra indiretamente, repartida da parcela estadual.

Segundo o estudo do Ipea - que estimou que 82% das cidades sairão ganhando com a reforma -, se as mudanças fossem imediatas, 240 cidades perderiam com a troca do ISS pela parcela no futuro IBS. Somada, a perda chegaria a R\$ 35,7 bilhões. Só nas capitais, seriam R\$ 18,8 bilhões.

Esse valor seria redistribuído entre as demais cidades, diminuindo a concentração da arrecadação. Para a economista Priscila Kaiser, que com Sérgio Gobetti assina o estudo do Ipea, a desconcentração será puxada pela mudança no modelo de cobrança dos **tributos**.

Hoje, a cobrança se dá majoritariamente sobre a produção - na "origem", como dizem os especialistas -, que é concentrada geograficamente.

Com a reforma, o IVA será cobrado apenas no consumo final, ou seja, "no destino".

Embora o poder de compra também seja concentrado, é menos do que a produção, por isso, a mudança tende a desconcentrar a divisão.

MENOS AUTONOMIA Um ponto comum na desconfiança das prefeituras das capitais em relação à **Reforma Tributária** está na "perda de autonomia" sobre a arrecadação.

Andrea, secretária do Rio, critica o fato de que a PEC reproduz o modelo do ICMS ao repartir entre as prefeituras um pedaço da parcela estadual do IBS, em vez de ampliar a parcela que caberá diretamente às cidades.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) também sugeriu a ampliação dessa parcela municipal no IBS.

O subsecretário de Receita da Secretaria Municipal de

Fazenda de Belo Horizonte, Eugênio Veloso, avalia que o ISS é pouco burocrático e funciona bem. Para o dirigente, ajustes poderiam ser feitos sem mudar todo o sistema: -O ISS poderia até ser tomado como referência para orientar um novo sistema. O problema é que os princípios da **Reforma Tributária** são oferecidos como panaceia.

Priscila relativiza perdas, pois haverá o período de transição.

O crescimento econômico tende a elevar a arrecadação, e o bolo a ser dividido será maior ao longo do tempo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

QUEM GANHA É QUEM PERDE

Estudo estima os efeitos da substituição do ISS e de parte do ICMS pelo IBS, a parcela subnacional do Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

*O efeito sem transição considera a aplicação imediata das mudanças sobre a arrecadação de 2022. O efeito com transição estima a evolução da arrecadação conforme o crescimento econômico e a introdução aos poucos do novo sistema.

**Crescimento do PIB médio de 2% ao ano

"FONTE: Nota técnica "Impactos redistributivos da reforma tributária: estimativas atualizadas", de Sérgio Gobetti e Priscila Kaiser, publicado na Carta de Conjuntura, do Ipea"

Capital	PERDA/GANHO SEM TRANSIÇÃO* (em milhões de reais)	PERDA/GANHO* COM TRANSIÇÃO DE 10 ANOS** (em milhões de reais)	PERDA/GANHO* COM TRANSIÇÃO DE 20 ANOS** (em milhões de reais)
São Paulo	-17.110	5.403	11.444
Manaus	-1.331	442	936
Vitória	-767	177	375
São Luís	-749	241	510
Rio de Janeiro	-681	1.635	3.547
Recife	-604	319	676
Fortaleza	-130	417	915
Cuiabá	-96	175	381
Aracaju	-17	132	290
Palmas	6	73	162
João Pessoa	13	152	337
Porto Velho	32	112	249
Rio Branco	66	75	170
Curitiba	84	540	1.191
Teresina	87	179	400
Boa Vista	93	83	189
Natal	101	175	390
Goiânia	135	371	824
Belo Horizonte	180	681	1.510
Florianópolis	203	184	415
Macapá	212	89	206
Maceió	224	186	422
Salvador	228	497	1.107
Campo Grande	259	244	551
Belém	316	285	645
Porto Alegre	432	490	1.100
Total (exceto DF)	-18.814	13.356	28.941

EDITORIA DE ARTE

TCU defende "cashback" para baixa renda em vez de desonerar cesta básica

VICTORIA ABEL E GERALDA DOCA

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma série de sugestões ao relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Em uma delas, o TCU defende que seja incluído um dispositivo prevendo que as exceções à alíquota-padrão serão submetidas a avaliações anuais de custo-benefício, até 2033.

Os ministros também avaliaram que a opção de cashback para baixa renda seria melhor do que zerar **impostos** para a cesta básica.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que foi aprovada na Câmara dos Deputados traz uma cobrança reduzida, de 40% da alíquota-padrão, para alguns setores específicos, uma alíquota zero para a cesta básica e cria regimes específicos para setores financeiro, imobiliário e de combustíveis.

O TCU, assim como o Ministério da Fazenda, calcula que a quantidade de exceções colocadas no texto da Câmara pode elevar a alíquota-padrão para 27%.

O tribunal avalia que o imposto zerado para a cesta básica seria menos eficiente que a criação de um cashback para a baixa renda, quando parte da cobrança de **tributos** retorna para a população em forma de pagamento.

-Vou fazer chegar o relatório a todos os senadores, porque esse é um estudo fundamental para orientar o trabalho que estamos fazendo -disse Eduardo Braga.

O relatório do TCU ainda sugere que o IBS (união do ICMS estadual e ISS municipal) e a CBS (união de PIS/ Cofins e IPI) sejam instituídos na mesma lei complementar.

Os técnicos do tribunal avaliam que a regulação dos **tributos** em leis diferentes poderia gerar um desalinhamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Barra está ligeiramente mais alta" para acelerar corte de juros, diz BC



Galipolo, do Banco Central: crescimento maior do que o esperado com inflação menor é 'contraintuitivo'

Larissa Garcia, Alex Ribeiro e Estevão Tair De Brasília / Sérgio Tauhata De São Paulo

Com ênfase na piora do cenário externo nos últimos dias, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a "barra está ligeiramente mais alta" para acelerar o ritmo de cortes da taxa básica de juros (Selic).

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), os juros foram reduzidos em 0,50 ponto percentual pela segunda vez, para 12,75% ao ano, e a sinalização é que seja mantida a magnitude nas próximas reuniões.

Antes, membros do colegiado haviam dito que a "barra" estaria "alta", com exigências muito grandes para que o BC cortasse os juros em 0,75 ponto por encontro, por exemplo, acima do indicado anteriormente. Agora, segundo Campos, essa possibilidade está ainda mais distante.

"Eu diria que a barra talvez esteja ligeiramente um pouco mais alta sim", afirmou Campos em entrevista coletiva após a apresentação dos dados do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI). "Teve uma coisa que aconteceu muito mais recente que foi essa alta da curva de juros americana, a gente vê emissão de crédito de empresas boas americanas saindo a 6,5%, 7%, 7,5%, obviamente esse é um dreno de liquidez do mundo emergente", disse.

Questionado sobre a possibilidade de reduzir esse ritmo, diante da deterioração do ambiente externo e de incertezas fiscais, o presidente do BC disse que "está cedo" para falar em movimento de corte menor de juros, mas que o colegiado "avalia isso em todas reuniões".

"Eu diria que está cedo hoje, com as variáveis que a gente tem na mão, para falar em um movimento de corte menor, mas a gente avalia isso em todas as reuniões. A gente tem uma incerteza externa que precisamos monitorar nas próximas semanas", disse. "Se houver alguma mudança, a gente vai comunicar e explicar porque houve a mudança, quando isso acontecer." Sobre o tamanho total do ciclo de queda de juros, o titular da autoridade monetária frisou que o momento de incerteza não permite dar um "guidance", ou indicação, para o mercado sobre quanto será reduzido no total. "Estamos num momento de incerteza em que não tem ganho em indicar o tamanho do ciclo de corte de juro." Ele também reforçou que a política monetária precisa se manter em campo restritivo, para cumprir as metas de **inflação**, ou seja, acima do patamar neutro, aquele que não aquece nem estimula a atividade econômica.

O último relatório Focus, levantamento semanal do BC com economistas, aponta para uma taxa final de 8,5% ao ano em 2025.

O Relatório Trimestral de **Inflação**, divulgado na manhã de ontem, trouxe a estimativa do colegiado para a **inflação** de 2026, que ficou em 3,1%, acima do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

Para 2023, 2024 e 2025, as estimativas são, respectivamente, de 5%, 3,5% e 3,1%, como divulgado na semana passada. No RTI de junho, as projeções do cenário de referência para o IPCA eram de 5% para 2023, 3,4% para 2024 e 3,1% para 2025. Não havia projeção para 2026.

"A **inflação** acumulada em doze meses, medida pelo IPCA, aumentou desde o Relatório anterior, como antecipado. O movimento reflete a retirada, do período de cálculo, dos meses de 2022 em que houve impacto de desonerações tributárias e de redução de preços

de combustíveis", ressaltou o documento.

"Nessa métrica, os núcleos de **inflação** recuaram, indicando que está em curso processo de desinflação, mas permanecem acima da meta para a **inflação**. Considerando a variação dessazonalizada trimestral, os núcleos recuaram para patamar próximo à meta, mas avalia-se que o movimento pode refletir oscilações ao redor da trajetória de desinflação observada desde meados de 2022", acrescentou.

A autoridade monetária também revisou a probabilidade de a **inflação** terminar este ano acima do teto da meta, que agora é de 67%. No documento anterior, o percentual era 61%. A chance de ficar abaixo do piso é de 0%. Para 2024, a probabilidade de ficar abaixo é 7% e de ficar acima, 24%. Para 2025, 12% de ficar abaixo e 16% de ficar acima. Para 2026, 12% de ficar abaixo e 16% de ficar acima.

No relatório, o BC divulgou a média dos cinco núcleos de **inflação** na série trimestral dessazonalizada e anualizada, que recuou de 5,45% em maio para 3,30% em agosto. A autoridade usou a métrica para analisar em perspectiva de mais curto prazo. A variação acumulada em 12 meses da média dos núcleos caiu de 6,72% para 5,22% no mesmo período.

Além disso, o BC prevê 0,38% de **inflação** ao consumidor para setembro, 0,41% para outubro, 0,39% para novembro e 0,53% para dezembro.

Assim, a estimativa é de 5,01% nos 12 meses até dezembro.

O BC revisou para baixo de 7,7% para 7,3% a sua projeção para o crescimento do crédito em 2023. "Desde o Relatório anterior, os dados do mercado de crédito vieram abaixo do esperado, principalmente em decorrência do movimento no crédito para pessoas jurídicas com recursos livres.

A incorporação desses dados e a revisão do cenário macroeconômico prospectivo reduziram a projeção de crescimento do saldo nominal de crédito para 2023", disse a autoridade monetária.

Para 2024, as projeções, apresentadas pela primeira vez, ficaram em: 8,5% para o crédito total; 9,2% para pessoas físicas; 7,4% para pessoas jurídicas; 7,9% para livre; e 9,3% para direcionado.

"Espera-se que no próximo ano o crescimento do saldo do crédito supere o observado em 2023, em termos nominais e reais, em consequência da evolução do crédito com recursos livres, mais sensível à evolução esperada da política monetária", afirmou o documento. "A aceleração deve ser impulsionada pelo

segmento de crédito livre para pessoas jurídicas, com a dissipação dos impactos dos eventos envolvendo grandes empresas." No caso das pessoas físicas, a perspectiva é que o crédito "exiba trajetória de ligeira desaceleração, tanto nas operações com recursos livres como nas com recursos direcionados, refletindo, entre outros fatores, os níveis elevados de endividamento e comprometimento de renda e o menor crescimento da renda das famílias", destacou o BC.

"Estamos num momento de incerteza em que não tem ganho em indicar o tamanho do ciclo de corte de juro" Campos Neto

Para Galípolo, exterior inibe quedas maiores

As incertezas no cenário internacional tornam o ritmo de corte de juros de 0,50 ponto percentual, adotado pelo Banco Central (BC), como o mais adequado para a autoridade poder acompanhar a evolução das variáveis macroeconômicas, disse o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, durante evento da Prospectiva Public Affairs. "[No cenário atual] Boa parte das autoridades monetárias tem se colocado na posição de dependente de dados", afirmou.

"O ritmo de cortes [de 0,50 ponto] nos permite ajustar a condução da política monetária, que permanece restritiva, e, simultaneamente, nos possibilita analisar, reunião a reunião, como as variáveis estão se comportando", explicou o dirigente.

Para Galípolo, o cenário exterior representa a maior influência atual sobre a dinâmica dos indicadores brasileiros. "O que está acontecendo com a China, que enfrenta desaceleração de crescimento, e com os EUA tem sido muito significativo para a dinâmica [doméstica]", afirmou. No caso dos EUA, o diretor avaliou que as taxas de juros podem ficar altas por mais tempo diante da resiliência da atividade econômica.

"Isso tenderia a explicar por que vemos juros maiores, mas a bolsa performando bem." O diretor do BC disse que as revisões sobre as expectativas de **inflação** e atividade "constatam crescimento maior que o esperado com uma **inflação** menor, surpreendendo positivamente, o que é contraintuitivo". Galípolo afirmou que "um alento dessa vez é que [o cenário] não é uma idiosincrasia brasileira, porque isso está acontecendo no mundo".

Apesar de os EUA, no momento, estarem com a taxa de juros no nível mais elevado do aperto monetário e o Brasil ter começado a cortar a Selic, "ainda existe percepção de um "carry" [possibilidade de investir no diferencial de juros] atrativo para o Brasil, o que está

permitindo a gente seguir nesse ajuste".

Outra questão importante para o mercado, que tem sido acompanhada de perto pelo BC, são as expectativas sobre o cumprimento das metas fiscais estabelecidas no arcabouço. "As discussões sobre como vão avançar as medidas para arrecadação [que serão votadas no Congresso] e a operacionalização das metas do arcabouço são fatores que temos monitorado." O diretor do BC citou que o relatório Focus aponta para uma mediana na estimativa de déficit público no fim do próximo ano de 0,8%, ou seja, acima da meta definida pela equipe econômica de déficit zero em 2024. "Seria justo dizer que está no preço das expectativas [de mercado] um déficit de 0,8%, que é diferente da meta colocada pelo governo para 2024", afirmou.

Galípolo defendeu a visão de que o arcabouço fiscal ajuda a dar previsibilidade aos investidores.

"Acho que o arcabouço fiscal é um ponto relevante para dar esse tipo de previsibilidade", afirmou. "Do ponto de vista doméstico, no conjuntural, temos um cenário [econômico] mais benigno", completou.

Na sua visão, "as medidas do arcabouço ajudaram a reancorar, ainda que parcialmente, expectativas de **inflação**, o que permitiu [ao BC] iniciar o ciclo de corte de juros". A manutenção da meta de **inflação** pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) "foi importante para ajudar na reancoragem das expectativas". O diretor citou também a **reforma tributária**, que pode trazer maior eficiência ao país e "será um legado para as próximas gerações".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187672>

Haddad se reaproxima de Lira: veja como o ministro tenta destravar pauta econômica na Câmara

Em reunião marcada fora da agenda, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi ao encontro do presidente da Câmara, Arthur Lira, na manhã de ontem, em Brasília, para tentar destravar e acelerar a pauta econômica no Congresso. Haddad voltou a atuar como articulador político, após duas semanas de agenda praticamente vazia na Casa.

A equipe econômica tem pressa, já que a promessa de zerar o déficit fiscal no ano que vem depende da aprovação de vários projetos que viabilizam o aumento da arrecadação, uma condição necessária para colocar o arcabouço fiscal de pé.

A aproximação acontece depois de Lira enviar áudio a líderes, na quarta-feira, em que cita uma obstrução regimental nos trabalhos da Câmara. De acordo com integrantes do Centrão, Lira, ao fazer isso, reagiu a uma fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse que não pretendia fazer mudanças no comando da Caixa Econômica Federal.

Depois do encontro, Haddad disse que espera a aprovação de ao menos dois projetos com impacto na arrecadação na semana que vem, o de fundos exclusivos (alta renda), offshore (no exterior), além do projeto de lei (PL) que trata dos chamado "marco das garantias para empréstimos".

- No caso dos fundos, assim que o relator estiver designado, vamos levar a equipe técnica para conversar com ele para fazer o ajuste de redação. E esperamos que essas três iniciativas possam ser consideradas pela Câmara dos Deputados na semana que vem - disse o ministro.

A taxação dos fundos exclusivos já está em vigor, por meio de medida provisória (MP) enviada ao Congresso em agosto. Mas, logo que foi enviada, o governo já considerava a possibilidade de transformá-la em projeto de lei, ou uni-la ao projeto das offshores.

Isso porque Lira tem se recusado a votar MPs. Os projetos de leis passam necessariamente primeiro pela Câmara, enquanto as MPs vão para análise de uma comissão especial mista, com deputados e senadores. Na prática, o projeto de lei dá mais poder e a palavra

final aos deputados.

A reunião entre Lira e Haddad foi acertada na véspera, durante reunião de líderes, depois que o presidente da Câmara recuou da fala sobre a obstrução. Governistas, como o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do PT, Zeca Dirceu (PR), agiram para contornar a insatisfação do deputado. Haddad prontamente desmarcou compromissos para encaixar Lira na agenda.

Ontem, Haddad disse esperar que a aprovação da **Reforma Tributária** no Senado ocorra ainda em outubro, para sanção de todo o projeto este ano. O ministro relatou que o tema da mudança na tributação do ICMS foi alvo de discussão superficial com Lira e que ainda não leu o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito da proposta de mudança nos **impostos**.

- Devo começar a interagir com bancadas e líderes para cumprir a meta de votar em outubro a **Reforma Tributária** no Senado e promulgar ainda este ano - afirmou o ministro.

Ele reforçou que espera a votação do projeto do Desenrola Brasil na segunda-feira no Senado, antes que a medida provisória expire. O programa de renegociação de dívidas é uma aposta do governo, já que a volta ao consumo tem impacto positivo na economia.

- Cada semana é uma semana. Tem agenda do Senado, lei dos seguros, **Reforma Tributária**. Desenrola foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deve ir a plenário semana que vem. Se cada semana avançar um pouco, vamos ter um ano de muita produtividade - afirmou Haddad.

Apesar do aval de Lira para a votação de propostas de interesse da Fazenda, aliados de Haddad reconhecem que o caminho até o fim do ano não será fácil e a briga será "projeto a projeto".

Eles afirmam que a concessão de dois ministérios ao Centrão, e a permanência da dificuldade com a pauta no Congresso, é a prova de que agradar aos

parlamentares de centro é como "um saco sem fundo".

O encontro de ontem marcou a reaproximação de Lira e Haddad, que tiveram a relação estremecida após o ministro afirmar em meados de agosto que a Câmara está com "poder muito grande e não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo".

Os projetos de taxação das offshores e fundos exclusivos são prioridade e estavam adormecidos na Casa. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) é cotado para relator. Líderes partidários apontam vários fatores que têm provocado insatisfação e que explicam a tentativa de paralisar as votações.

Além da Caixa, há indefinição na Funasa, alvo de disputa entre PSD e Republicanos, e que não tem sequer estrutura definida pelo governo. Há um movimento da bancada ruralista, do PL e do Novo, para travar as votações em protesto a movimentações no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao marco temporal das terras indígenas, aborto e drogas.

Outra fonte de cobiça é a futura secretaria das Apostas Esportivas, programada para ficar na Fazenda. Mas aliados de Lira preferem que ela seja alocada na pasta de Esportes, comandada por André Fufuca (PP-MA).

Apenas na Câmara, cinco projetos estão na fila de votação, com previsão de arrecadação de até R\$ 110 bilhões. O PL dos super-ricos pode render até R\$ 20 bilhões com a taxação das offshores. Já a MP de tributação do ICMS pode gerar ganho de até R\$ 35 bilhões ao acabar com deduções de **impostos** federais sobre recursos que receberam isenção de ICMS, mas não foram usados para investimentos.

Outro projeto que acaba com a dedução de **impostos** para ganhos com juros sobre capital próprio (JCP), modalidade de ganhos de acionistas e empresários, têm expectativa de arrecadação de R\$10 bilhões, mas não há previsão de votação, e o governo retirou a urgência.

O projeto de lei de repatriação de bens chega à Câmara em breve, após aprovação pela CAE no Senado, em caráter terminativo. Ele reabre o prazo de regularização de bens que estejam no exterior e tem potencial de arrecadar até R\$45 bilhões, segundo o relator, senador Renan Calheiros.

Projeto de lei de fundos exclusivos e offshore:

Medida provisória que muda tributação do ICMS :

Projeto de juros sobre capital próprio:

Projeto da repatriação de bens:

Perdão de dívidas:

Apostas on-line

PLP 136 - piso saúde (sem arrecadação, mas com alívio fiscal)

Reforma Tributária (sem arrecadação extra, mas com expectativa de melhora econômica)

Retomada de obras + renegociação do Fies (sem arrecadação, mas econômico)

Marco das garantias

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/29/haddad-se-reaproxima-de-lira-veja-como-o-ministro-tenta-destravar-pauta-economica-na-camara.ghtml>

Reforma tributária pode redistribuir recursos entre cidades e penalizar capitais, diz Ipea.

Veja por quê

A **Reforma Tributária** promete melhorar a independência financeira da maioria das prefeituras, ao redistribuir entre as cidades a fatia do bolo da arrecadação com **impostos** que cabe à esfera municipal, mas poderá enfraquecer as finanças das capitais.

Se a mudança for imediata, apenas São Paulo tem um potencial de perda de R\$ 17,1 bilhões de arrecadação, segundo projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A prefeitura do Rio de Janeiro também poderia deixar de arrecadar R\$ 680 milhões. Por outro lado, Belo Horizonte teria ganho de R\$ 180 milhões.

As prefeituras de Rio, São Paulo e Belo Horizonte informaram ao GLOBO que veem as mudanças com ressalvas.

- A reforma está dada, acho que o Brasil precisa de simplificação tributária. Agora, em que pese que não temos uma definição de alíquotas, a nossa preocupação é como ficam as finanças municipais com a reforma - disse a secretária municipal de Fazenda e Planejamento do Rio, Andrea Senko.

O secretário municipal de Fazenda de São Paulo, Luis Felipe Arrellano, concorda com a colega carioca, pondera que as mudanças propostas são muito drásticas e teme que resultem em aumento da carga tributária, um cenário negativo para empresas e consumidores:

- Aqueles entes municipais que perderem arrecadação, e isso vale para os estados também, quando se virem no difícil dilema entre cortar serviços públicos e elevar suas alíquotas acima das alíquotas de referência, a solução vai ser elevar as alíquotas. E aqueles que têm ganho de arrecadação, tenho certeza de que não vão levar para baixo da alíquota de referência.

Diferentemente da maioria das pequenas cidades, capitais e cidades de maior porte têm receita própria. Com economias pujantes, arrecadam muito com o Imposto sobre Serviços (ISS), municipal no sistema atual.

Segundo Arrellano, a Prefeitura de São Paulo arrecadou R\$ 26 bilhões com ISS ano passado. É a maior fonte de receita da administração paulistana, respondendo por cerca de 30% do total.

Com a reforma, o ISS e ICMS, estadual, serão fundidos - junto com os federais IPI, PIS e Cofins - no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com uma parte federal e outra subnacional. Os municípios passarão a receber uma parcela do futuro IBS, o IVA subnacional - uma parte diretamente, outra indiretamente, repartida da parcela estadual.

Segundo o estudo do Ipea - que estimou que 82% das cidades sairão ganhando com a reforma -, se as mudanças fossem imediatas, 240 cidades perderiam com a troca do ISS pela parcela no futuro IBS. Somada, a perda chegaria a R\$ 35,7 bilhões, com destaque para São Paulo.

Esse valor seria redistribuído entre as demais cidades, diminuindo a concentração da arrecadação. Para a economista Priscila Kaiser, uma das autoras do estudo do Ipea, a desconcentração será puxada pela mudança no modelo de cobrança dos **tributos**.

Hoje, a cobrança se dá majoritariamente sobre a produção - na "origem", como dizem os especialistas -, que é concentrada geograficamente. Com a reforma, o IVA será cobrado apenas no consumo final, ou seja, "no destino". Embora o poder de compra também seja concentrado, é menos do que a produção, por isso, a mudança tende a desconcentrar a divisão.

Também haverá desconcentração porque a proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada na Câmara dá mais peso ao tamanho da população como critério de repartição da porção estadual do IBS. Na atual divisão do ICMS entre as cidades, a atividade econômica tem mais peso.

Um ponto comum na desconfiança das prefeituras das capitais em relação à **Reforma Tributária** está na "perda de autonomia" sobre a arrecadação.

Andrea, secretária do Rio, critica o fato de que a PEC

reproduz o modelo do ICMS ao repartir entre as prefeituras um pedaço da parcela estadual do IBS, em vez de ampliar a parcela que caberá diretamente às cidades. Quando a PEC da reforma começou a tramitar no Senado, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) sugeriu a ampliação dessa parcela municipal no IBS.

O subsecretário de Receita da Secretaria Municipal de Fazenda de Belo Horizonte, Eugênio Veloso, acha que o ISS é pouco burocrático e funciona bem. Para o dirigente, ajustes poderiam ser feitos sem mudar todo o sistema:

- O ISS poderia até ser tomado como referência para poder orientar um novo sistema. O problema é que os princípios da **reforma tributária** estão sendo oferecidos como panaceia.

Priscila, por sua vez, relativiza as perdas em potencial. Isso porque haverá um longo período de transição e o crescimento econômico tende a elevar a arrecadação, ou seja, o bolo a ser repartido será maior ao longo do tempo.

Quando considera as regras de transição da PEC da reforma e um crescimento econômico médio de 2% ao ano, as projeções apontam para aumento da arrecadação de todas as capitais, inclusive São Paulo.

Arrellano desconfia das projeções de aceleração do crescimento econômico, como consequência da simplificação e eficiência prometidas pela reforma.

- Se, por um lado, a reforma pode simplificar para algumas empresas, ela também vai trazer complexidades adicionais para várias outras empresas. Qual o líquido disso, se o país vai decolar porque aumentou a simplicidade do sistema, é uma questão a ver. Sou bastante cético, até porque os grandes municípios têm muito a perder - disse o secretário paulistano.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/29/reforma-tributaria-pode-redistribuir-recursos-entre-cidades-e-penalizar-capitais-diz-ipea-veja-por-que.ghtml>

Para Galípolo, cenário externo inibe cortes maiores nos juros

Por Sérgio Tauhata - De São Paulo

29/09/2023 05h04 Atualizado há uma hora

As incertezas no cenário internacional tornam o ritmo de corte de juros de 0,50 ponto percentual, adotado pelo Banco Central (BC), como o mais adequado para a autoridade poder acompanhar a evolução das variáveis macroeconômicas, disse o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, durante evento da Prospectiva Public Affairs. "[No cenário atual] Boa parte das autoridades monetárias tem se colocado na posição de dependente de dados", afirmou.

"O ritmo de cortes [de 0,50 ponto] nos permite ajustar a condução da política monetária, que permanece restritiva, e, simultaneamente, nos possibilita analisar, reunião a reunião, como as variáveis estão se comportando", explicou o dirigente.

Para Galípolo, o cenário exterior representa a maior influência atual sobre a dinâmica dos indicadores brasileiros. "O que está acontecendo com a China, que enfrenta desaceleração de crescimento, e com os EUA tem sido muito significativo para a dinâmica [doméstica]", afirmou. No caso dos EUA, o diretor avaliou que as taxas de juros podem ficar altas por mais tempo diante da resiliência da atividade econômica. "Isso tenderia a explicar por que vemos juros maiores, mas a bolsa performando bem."

O diretor do BC disse que as revisões sobre as expectativas de **inflação** e atividade "constatam crescimento maior que o esperado com uma **inflação** menor, surpreendendo positivamente, o que é contraintuitivo". Galípolo afirmou que "um alento dessa vez é que [o cenário] não é uma idiosincrasia brasileira, porque isso está acontecendo no mundo".

Apesar de os EUA, no momento, estarem com a taxa de juros no nível mais elevado do aperto monetário e o Brasil ter começado a cortar a Selic, "ainda existe percepção de um 'carry' [possibilidade de investir no diferencial de juros] atrativo para o Brasil, o que está permitindo a gente seguir nesse ajuste".

Outra questão importante para o mercado, que tem sido acompanhada de perto pelo BC, são as expectativas sobre o cumprimento das metas fiscais estabelecidas no arcabouço. "As discussões sobre

como vão avançar as medidas para arrecadação [que serão votadas no Congresso] e a operacionalização das metas do arcabouço são fatores que temos monitorado."

O diretor do BC citou que o relatório Focus aponta para uma mediana na estimativa de déficit público no fim do próximo ano de 0,8%, ou seja, acima da meta definida pela equipe econômica de déficit zero em 2024. "Seria justo dizer que está no preço das expectativas [de mercado] um déficit de 0,8%, que é diferente da meta colocada pelo governo para 2024", afirmou.

Galípolo defendeu a visão de que o arcabouço fiscal ajuda a dar previsibilidade aos investidores. "Acho que o arcabouço fiscal é um ponto relevante para dar esse tipo de previsibilidade", afirmou. "Do ponto de vista doméstico, no conjuntural, temos um cenário [econômico] mais benigno", completou.

Na sua visão, "as medidas do arcabouço ajudaram a reancorar, ainda que parcialmente, expectativas de **inflação**, o que permitiu [ao BC] iniciar o ciclo de corte de juros". A manutenção da meta de **inflação** pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) "foi importante para ajudar na reancoragem das expectativas". O diretor citou também a **reforma tributária**, que pode trazer maior eficiência ao país e "será um legado para as próximas gerações".

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/09/29/para-galipolo-cenario-externo-inibe-cortes-maiores-nos-juros.gh>

O esgarçamento do quadro fiscal - ROGÉRIO WERNECK

ROGÉRIO WERNECK

Já há material de sobra para começar a escrever o que promete ser uma longa crônica do preocupante esgarçamento do quadro fiscal que vem tendo lugar no País.

A história remonta ao fim de março, quando o governo delineou sua proposta de um novo arcabouço fiscal. Prometia conter o déficit primário em 0,5% do **PIB**, em 2023, zerá-lo, em 2024, e gerar superávits primários de 0,5% e 1% do **PIB**, respectivamente, em 2025 e 2026.

No frigidar dos ovos, uma promessa pífia de um superávit primário acumulado de não mais que 1% do **PIB** ao longo de todo um mandato presidencial.

Passados não mais que seis meses, o que hoje se constata é que mesmo essa promessa tão pífia parece a cada dia menos crível. Basta ter em conta as expectativas da última pesquisa Focus, do Banco Central, sobre resultados primários que seriam gerados entre 2023 e 2026. O que se espera é que todas as metas prometidas sejam largamente descumpridas. E que, ao longo do atual mandato presidencial, o governo incorra, de fato, em um déficit primário acumulado de nada menos que 2,7% do **PIB**.

O que explica tamanha deterioração das expectativas sobre a condução da política fiscal?

Em primeiro lugar, a constatação de que, no afã de se livrar a qualquer custo do teto de gastos - sem qualquer preocupação com modulação - e de fazer amplo uso da licença para gastar que lhe facultara a PEC da Transição, o governo se permitiu desencadear um juggernaut de expansão de dispêndio primário recorrente, cujos efeitos avassaladores só agora começa a perceber.

Em segundo lugar, a descrença na capacidade do governo de extrair do Congresso a colossal elevação de carga tributária de que agora alega precisar.

Pode até ser que, em alguma medida, o Congresso aceite corrigir iniquidades mais óbvias na **legislação tributária** vigente. Mas é difícil que se disponha a entregar todo o aumento de carga tributária recorrente que o Planalto almeja.

Por último, não parece nada claro que, à medida que as contas públicas continuem a se deteriorar, haverá um momento em que serão deflagrados mecanismos eficazes de correção de rumo, capazes de repor a política fiscal em rota mais consequente.

O governo não parece ter o grau de convicção requerido para fazer a correção que se fará necessária.

Na esteira do avanço do ciclo eleitoral, a ala política do governo (leia-se presidente Lula da Silva) estará pronta a continuar apostando que, enquanto houver só esgarçamento, e não ruptura, sempre será possível esticar um pouco mais a corda da irresponsabilidade fiscal.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
O esgarçamento do quadro fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Inflação na indústria sobe em agosto e recua no ano

Lucianne Carneiro

Após seis quedas seguidas, com perda acumulada de 7,44% no período, a **inflação** na indústria voltou a subir em agosto, com 12 das atividades acompanhadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com preços em alta. O Índice de Preços ao Produtor (IPP), conhecido como **inflação** de "porta de fábrica", sem **impostos** e fretes, subiu 0,92%, ante recuo de 0,76% em julho.

Apesar disso, o indicador permanece com resultados negativos em 2023 - de -6,32%, recuo mais intenso para o período até agosto de toda a série histórica da pesquisa, em 2014 - e também nos 12 meses (-10,51%).

O espalhamento das atividades com alta de preços na passagem entre julho e agosto ficou clara.

Em julho, tinham sido apenas oito atividades no território positivo, sendo que metade com variação de 0,03% ou menos.

A alta do dólar no mês pode ter contribuído para esse espalhamento de altas entre as atividades, segundo o gerente da pesquisa, Alexandre Brandão. Na retomada da alta do índice geral, há impacto do petróleo: os preços de refino de petróleo e biocombustíveis subiram 7,52% e responderam por 0,72 ponto percentual, ou quase 80% da taxa de 0,92% do IPP. Houve aumentos tanto do óleo diesel quanto da gasolina, os dois produtos de maior peso na atividade. A Petrobras reajustou seus preços nas refinarias no dia 16 de agosto.

Outras atividades com influência no resultado do IPP foram indústrias extrativas, com alta de 6,56% de preço e impacto de 0,30 ponto percentual, e vestuário, cujo preço subiu 5,89% e respondeu por 0,10 ponto percentual.

Na outra ponta, os preços de metalurgia tiveram queda de 2,67% e influência de -0,17 ponto percentual no IPP. "Os preços do minério de ferro tiveram queda significativa nos meses anteriores a agosto, com efeito sobre o setor de metalurgia, cujos preços também caíram devido à redução na demanda pelo aço", afirma ele.

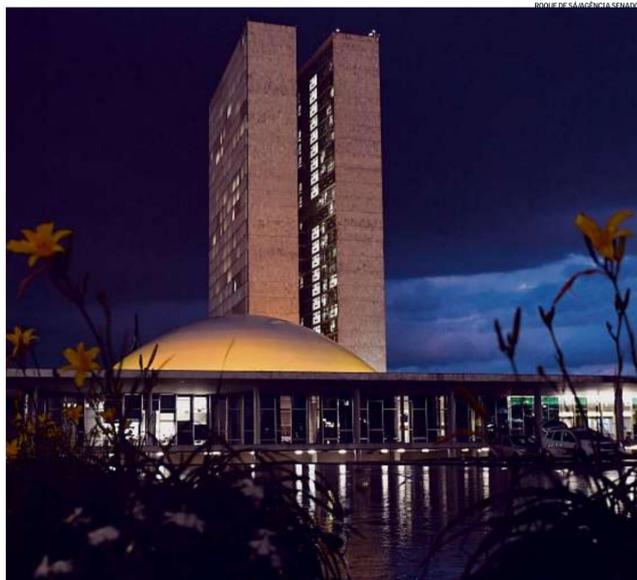
O mês de agosto também marcou a interrupção de três meses seguidos de recuo no preço dos alimentos.

A variação de 0,08%, no entanto, ficou muito longe de compensar a perda de 13,82% acumulada em maio, junho e julho.

A atividade responde por um quarto (24,27%) do IPP e é a de maior peso no índice. Com isso, os alimentos pressionaram para baixo o IPP em 2023 (-1,43 ponto percentual dos -6,32% do IPP no período) e também no acumulado em 12 meses (-1,80 ponto percentual dos -10,51%).

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187672>

Por que é quase impossível cortar gastos (Artigo)



Maílson da Nóbrega

Maílson da Nóbrega foi ministro da Fazenda. É sócio da Tendências Consultoria.

Tem sido comum a demanda por corte de gastos do governo federal.

No mercado financeiro, alega-se que a isso é necessário, dado que o novo arcabouço fiscal depende excessivamente da elevação de receitas para cumprir metas de resultado primário e de endividamento. Gente com experiência no governo federal diz o mesmo. Outros argumentam que a reforma administrativa reduzirá despesas da União, o que está longe de ser totalmente verdadeiro.

Teoricamente, o clamor está correto. Vários estudos demonstram que o melhor ajuste fiscal é aquele realizado via despesa, pois pode se concentrar em áreas menos essenciais e poupar dos cortes os investimentos e outros programas fundamentais. A opção pela receita eleva a participação do governo na economia e acarreta alocação menos eficientes dos recursos, o que afeta negativamente a produtividade e o potencial de crescimento.

Sucedede que no campo das finanças públicas não somos um país normal. A partir da Constituição de 1988, construímos uma rigidez orçamentária (gastos obrigatórios) sem paralelo no planeta. Criamos ou

ampliamos a vinculação de recursos para educação, saúde, assistência social, ciência e tecnologia e outras áreas. Instituímos um generoso sistema previdenciário - que hoje consome metade das despesas primárias da União, uma participação sem correspondência no mundo -, elevamos o custo da folha pessoal e estabelecemos programas sociais justificáveis, mas sem avaliar sua viabilidade orçamentária.

A vinculação de recursos a certas atividades, apoiada por grande maioria da sociedade, é um dos absurdos das finanças públicas do Brasil. Trata-se de uma forma primitiva de definir prioridades, que condiciona os parlamentos para sempre. Será que daqui a algumas décadas, com muito menos jovens em idade escolar em virtude da queda da taxa de natalidade, a educação necessitará de tantos recursos quanto hoje ou haverá outras prioridades? O grande apoio da sociedade a essa regra reflete, na verdade, uma desconfiança na capacidade do Congresso de apoiar a destinação de recursos a essa área. Se admitirmos que o Congresso não sabe exercer sua função primordial, qual seja a de aprovar anualmente o Orçamento, que é a peça legislativa mais relevante, como acreditar que possa bem exercer outras funções?

A União é obrigada a destinar à educação 18% da arrecadação líquida de seus **impostos**. O percentual dos Estados e municípios sobe para 25%. Cometem crime de responsabilidade fiscal os governantes que não obedecerem a tal determinação legal. Poderão parar na cadeia. Em municípios onde a emigração e a queda da fertilidade têm gerado escolas com poucas crianças, não há como gastar toda a verba em atividades normais associadas à educação.

Os prefeitos são levados a inventar gastos como pintar várias vezes as escolas ou criar programas que gerem novas despesas.

No campo da educação, não faz sentido aplicar no Brasil a moderna técnica de gestão orçamentária, a spending review (revisão periódica de gastos). Se for possível reduzir gastos, a folga terá que ser mandatoriamente despendida, pois é preciso cumprir a regra da vinculação.

No exercício de 2022, os itens obrigatórios representaram 91% dos gastos primários do governo

federal, que excluem os encargos financeiros. Agora, a situação se agravou, pois se restabeleceu a política de reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, o que terá forte impacto na Previdência e nos benefícios de prestação continuada.

Pior, a política se tornou permanente, pois se eliminou o prazo de duração quando de sua oficialização no governo de Dilma.

Sua renovação periódica permitia a discussão sobre a conveniência de continuá-la. Isso não acontecerá doravante. Finalmente, o novo arcabouço fiscal criou um piso para o investimento, o qual, segundo interpretação de muitos, pode ser contingenciado.

Mesmo que assim o seja, a maior parte do piso será ocupada pelo Novo PAC, que, segundo o presidente Lula, não estará sujeito a contingenciamento.

Diante de tudo isso, o Orçamento de 2024, recentemente enviado ao Congresso, reservará apenas R\$ 55 bilhões para gastos discricionários, ou seja, aqueles sob controle do governo. Desse modo, no próximo exercício, os desembolsos obrigatórios corresponderão a inacreditáveis 98% dos gastos primários. Se considerarmos os encargos financeiros da dívida pública, que são na prática igualmente obrigatórios, a rigidez atingirá 99% das despesas.

Claro, o governo pode cortar gastos como os relativos ao café nas repartições públicas e a viagens de servidores em tarefas de fiscalização ou para participar de reuniões fora de Brasília. Pode diminuir pousos e decolagens de aviões da Força Aérea, o consumo de diesel dos navios da Marinha e os exercícios realizados pelo Exército, entre outros. Nada disso será relativamente importante para reduzir despesas.

A inaceitável e insustentável rigidez orçamentária foi criada com amplo apoio do Congresso ao longo do tempo. É coisa rara encontrar parlamentares que conheçam ou liguem o mínimo para o conceito elementar da restrição orçamentária, que significa reconhecer um limite para ampliar o gasto, dado pela arrecadação tributária e pela capacidade de endividamento público. Agora mesmo, está em curso um novo trem da alegria baseado numa emenda constitucional que vai integrar, aos quadros da União, funcionários dos antigos territórios de Rondônia, Amapá e Roraima.

A rigidez orçamentária explica a quase impossibilidade de cortar gastos, bem como a dependência da arrecadação para cumprir metas de superávit primário e a dificuldade de estabilizar e depois de reduzir a relação entre a dívida pública e o **PIB**. A rigidez é o

verdadeiro calcanhar de Aquiles do regime fiscal da União. Sem reduzi-la drasticamente, o Brasil tem um encontro marcado com uma grave crise da dívida pública. Não há, todavia, qualquer preocupação com esse risco, nem no governo nem no mercado financeiro, que nesse campo tem-se guiado, ao contrário, por simples complacência.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230928/>

TRF-6 mantém Imposto de Renda sobre incorporação de ações



Rafael Amaral Amador dos Santos: além de todas as questões jurídicas, essa tributação envolve capacidade contributiva

Beatriz Olivon De Brasília

A Fazenda Nacional obteve, no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), decisão que autoriza a incidência de Imposto de Renda (IRPF) sobre incorporação de ações em processos de fusão ou aquisição. É o primeiro precedente de um colegiado de segunda instância favorável à União nessa disputa, que, por ora, é vencida pelos contribuintes.

Existem 47 processos sobre o assunto nos tribunais regionais federais, segundo levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mas nem todos tiveram o mérito julgado.

Um recurso já foi apresentado e aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O número de casos, afirmam especialistas, é proporcional ao de operações com troca de ações no país e os valores são elevados.

O processo julgado pela 3ª Turma do TRF-6 envolve a operação de fusão entre os grupos Hermes Pardini e Fleury - ambos especializados em medicina diagnóstica.

No caso, de acordo com o processo, a cobrança de IRPF é de R\$ 194 milhões.

O valor é referente à incorporação de ações por dois

dos três irmãos que eram os principais acionistas do Grupo Hermes Pardini - uma irmã obteve liminar em São Paulo para afastar a tributação.

Eles tiveram suas participações no Instituto Hermes Pardini S/A substituídas por ações do Grupo Fleury S/A.

Nesses casos, a **Receita Federal** entende que há ganho de capital com eventual diferença positiva entre o custo de aquisição das ações da sociedade incorporada lançado pelos acionistas em declaração de IRPF e o valor de mercado/ avaliação das ações por ele recebidas em contrapartida da sociedade incorporadora. Para os contribuintes, a incorporação de ações não pode ser equiparada a uma operação de compra e venda. O negócio se baseia, de acordo com eles, na equivalência entre as participações societárias que são transferidas, possibilitando que uma ação seja trocada por outra de valor a ela compatível, mantendo-se estável a situação patrimonial dos acionistas envolvidos.

Eventual incremento patrimonial, afirmam, representaria apenas um ganho fictício ou meramente potencial, pois ainda estaria sujeito às variações do mercado, que só poderão ser mensuradas na data de resgate dessa participação.

Relator do caso na 3ª Turma, o desembargador Alvaro Ricardo de Souza Cruz entendeu, porém, que a hipótese de incidência do IRPF se concretiza com a simples aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica que implique acréscimo patrimonial.

Para ele, é "desimportante", para que se o **tributos** e torne exigível, que se verifique a aquisição de disponibilidade financeira imediata pelo contribuinte (processo nº 1005506-28.2023.4.06.0000).

No caso da irmã que obteve liminar em São Paulo para afastar a tributação, foi apresentado recurso pela Fazenda Nacional. A decisão, porém, foi mantida pelo desembargador Andre Nabarrete Neto, do TRF-3 (processo nº 5020129-13.2023.4.03.0000).

Para o julgador, a alegação de risco de dano ao erário não é o suficiente para reverter a liminar.

"O dano precisa ser atual, presente e concreto, o que

não ocorre no caso, em que apenas foi suscitado genericamente prejuízo ao erário", afirma ele, na decisão.

De acordo com Rafael Amaral Amador dos Santos, procurador chefe na Divisão de Acompanhamento Especial na 6ª Região, além de todas as questões jurídicas, essa tributação também envolve capacidade contributiva.

"As pessoas [sócios] ganharem R\$ 500 milhões em ações e não serem tributadas em nenhum centavo seria um absurdo. Diversos elementos justificam a tributação", diz ele, acrescentando que o cerne da discussão é saber se é possível cobrar o IRPF imediatamente.

"Para a Fazenda, é." Em segunda instância, porém, predominam decisões contrárias à União. No TRF-4, a 2ª Turma atendeu pedido de um acionista da Cia. Hering, referente à incorporação pelo Grupo Soma em 2021. Após recurso, o processo aguarda julgamento no STJ (nº 5021014-84.2021.4.04.7205).

A 2ª Turma também atendeu pedido de acionistas da Unidas (ação nº 5038377-34.2022.4.04.0000). Em outro processo proposto também por acionistas da Unidas, os desembargadores confirmaram liminar concedida pela 1ª Vara Federal de Guarapuava, no Paraná (processo nº 5038458-80.2022.4.04.0000). Em outra decisão, o mesmo colegiado, por maioria de votos, também afastou o Imposto de Renda (processo nº 5052793-42.2011.4.04.7000).

No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, transitou em julgado, em agosto, uma decisão que afastou a tributação - nesse caso, o recurso especial ao STJ não foi aceito. O caso envolve sócio majoritário da empresa Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis, que teve o controle vendido para a Hypermarchas em 2010. A decisão, proferida pela 8ª Turma, foi unânime (processo nº 1003145-62.2017.4.01.3500).

Para Tiago Oliveira Brasileiro, sócio do escritório Martinelli, o julgado do TRF-6 não altera o panorama atual de decisões majoritariamente favoráveis aos contribuintes. A incorporação de ações, destaca, é um negócio jurídico típico, previsto na Lei das S.A., e tem requisitos formais e consequências jurídicas diferentes de permuta ou integralização de capital.

"A grande tese para esse assunto em favor dos contribuintes é a ofensa ao princípio da tipicidade e da legalidade e são pontos que o TRF-6 não enfrentou", afirma.

De acordo com Celso Costa, sócio do Machado Meyer

Advogados, esse tipo de operação é muito utilizada na consolidação de negócios e é muito eficiente. A tributação defendida pela **Receita Federal**, diz, é um erro. "As pessoas físicas não recebem dinheiro com a operação.

Trata-se de pura troca de ações. É uma potencial valorização, mas o IRPF não incide sobre valorização potencial, mas sobre renda efetiva, auferida", afirma.

Procurado pelo Valor, o escritório de advocacia Sacha Calmon Misabel Derzi, que representou os irmãos no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, não quis comentar o caso.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187672>

América Latina em rota perigosa (Editorial)

A América Latina e o Caribe enfrentarão menor dinamismo econômico em 2023 e 2024, puxado especialmente pelo baixo desempenho da América do Sul. Em suas recentes projeções, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) prevê a expansão de apenas 1,7% no Produto Interno Bruto (**PIB**) para toda a região neste ano, com desaceleração para 1,5% no próximo período.

O quadro é preocupante para uma região exposta a históricas mazelas sociais, a elevado endividamento público e a altos níveis de violência. No relatório, a Cepal concentra-se nas políticas, mais do que urgentes, de combate aos choques climáticos esperadas dos governos da região - sejam como vetor de crescimento ou como meio de evitar quedas ainda mais acentuadas da atividade econômica.

O Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2023 - O Financiamento de uma transição sustentável: investimento para crescer e enfrentar a mudança climática traz a estimativa de expansão de apenas 1,2% na economia sul-americana neste e no próximo ano. Apesar do ajuste para cima da projeção para o Brasil - agora de 2,5% neste ano e de 1,4% em 2024 -, o **PIB** da América do Sul mostra-se vulnerável às recessões na Argentina e no Chile e à baixa expansão no Uruguai. A América Central, incluído o México, terá desempenho melhor, de 3,3% em 2023 e de 2,1% no ano que vem. Excluída a Guiana, com aumento da atividade acima de 20% nos dois anos em razão da exploração petrolífera, o Caribe crescerá 4,2% neste ano e 2,8% em 2024.

O cenário, ressalta a Cepal, não é alentador. O organismo regional das Nações Unidas não antecipa um ciclo de relaxamento da política monetária da América Latina e do Caribe, dada a persistência da **inflação**, principalmente nos serviços. A tendência de aperto nos juros nos Estados Unidos e na União Europeia, por sua vez, traduz-se na região como piora nas condições de financiamento externo e de investimento, além da retração da demanda internacional por seus bens. A desaceleração da economia da China agrava o quadro.

Somados, tais fatores acentuam o risco de uma "crise de maior envergadura", alerta a Cepal, que propõe aos países da região um "enfoque pragmático", como nos tempos da pandemia. O organismo recomenda o uso de todos os instrumentos disponíveis para o combate à **inflação** e a estabilidade do setor financeiro, bem como a mitigação dos efeitos dessas políticas sobre as

famílias e as empresas. Também sugere, em especial, um olhar cuidadoso a um desafio que considera maior - os impactos locais do aquecimento global.

A Cepal estima ser necessário o investimento adicional de 5,3% a 10,9% do **PIB** ao ano em medidas de adaptação à mudança climática e de mitigação de seus efeitos. A cifra é extraordinária para países marcados pelo espaço fiscal limitado. Alcançá-la implicará esforço extra, principalmente na agenda macroeconômica, para criar ambiente propício à atração do setor privado. O relatório não deixa alternativa a esse desafio.

Mas dá alguns alentos. Argumenta que a tecnologia embarcada em projetos nessas áreas trará elevação da produtividade e da competitividade das economias, historicamente mais baixas do que em outros países em desenvolvimento e emergentes. Se não impulsionar substancial crescimento econômico, alega, pelo menos evitará que o **PIB** se dilua com as tragédias ambientais.

Da mesma forma, a Cepal sublinha a exploração do potencial da região em novos segmentos derivados do contexto climático. A produção de lítio, hidrogênio verde e biocombustíveis, a emissão de créditos de carbono pelo combate ao desmatamento e a criação de mecanismos financeiros verdes abrem caminhos promissores - especialmente, se estimulados também pela melhoria da pesquisa científica e da educação.

Trata-se de oportunidades a serem aproveitadas, por meio de investimentos privados e de recursos de bancos multilaterais e regionais. O recado da Cepal deste ano não poderia ser mais claro: sem empenho na agenda climática, os países da América Latina e o Caribe estarão condenados não só aos efeitos cada vez mais trágicos dos eventos ambientais para seus povos, mas ao empobrecimento contínuo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O lado exuberante da economia - CELSO MING

CELSO MING

Como ensinava nos anos 70 o então ministro Mário Henrique Simonsen, tem picada que mata e tem picada que aleija. A que mata é um forte rombo cambial. A que aleija é a inflação alta. Naqueles tempos, o Brasil foi seriamente ameaçado pelas duas. Hoje, está livre da picada que mata. Mas nem tanto da que aleija por conta dos riscos envolvendo o rombo fiscal.

Mas falemos da exuberante saúde cambial, que muito poderia beneficiar hoje o Brasil, se for bem aproveitada.

Neste ano, as receitas com exportações devem superar as despesas com importações (superávit comercial) em pelo menos US\$ 73 bilhões, recorde histórico.

Em outra conta, a entrada de Investimentos Estrangeiros no País deve alcançar US\$ 80 bilhões.

Enquanto isso, o déficit em Transações Correntes, que inclui as outras contas externas menos o fluxo de capitais, será de apenas US\$ 43,8 bilhões. A dívida externa bruta é de US\$ 332 bilhões, só um dedo mais alta do que as exportações deste ano e menor do que as reservas externas, hoje em US\$ 344,1 bilhões.

Ou seja, há fartura de dólares, ao contrário do que aconteceu por aqui na década de 1980 e que vai asfixiando a Argentina.

Com um pouco mais de arrumação, o Brasil poderia dar um grande salto. Não à toa, virou o centro das atenções dos senhores do capital e da geopolítica.

Essa força cambial pode se tornar a base do lançamento de foguete para o cumprimento da principal agenda econômica global do momento, que são os investimentos para a transição em direção à energia limpa e renovável, que se medem em trilhões de dólares.

Mas há três níveis de desarrumação que muito atrapalham essa pauta. O rombo fiscal pode não ser o principal, mas é o primeiro da fila. As contas públicas estão sem chão, desordem que pode afugentar investimentos e produzir distorções.

O segundo nível de desarrumação é a falta de sentido de urgência para as reformas. Alguma coisa andou e, no entanto, está ameaçada de recuos, casos da reforma trabalhista e da reforma da previdência. Mas de outras nem foi apertado o botão de start, como da reforma administrativa.

E aí chegamos ao terceiro nível de desarrumação, provavelmente o maior, que é a enalacrada política, que também pede reforma profunda.

O Congresso só anda à custa de combustíveis baseados em orçamentos secretos. A fidelidade partidária está subordinada a critérios fisiológicos.

O governo, qualquer que seja, não consegue emplacar seus projetos de lei. O Supremo vai atropelando atribuições do Legislativo e do Executivo...

Mas as contas externas - viva!

- estão melhores do que nunca foram.

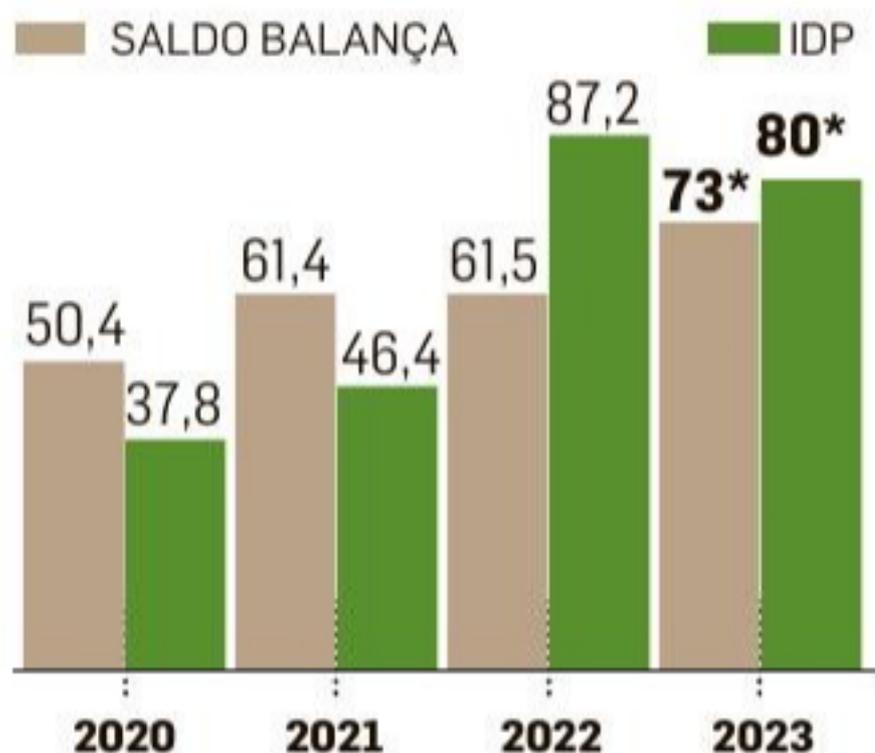
Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
O lado exuberante da economia

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

BONS RESULTADOS

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL
BRASILEIRA E DOS INVESTIMENTOS
DIRETOS NO PAÍS,
EM BILHÕES DE DÓLARES



*PROJEÇÃO BOLETIM FOCUS

FONTES: BCB E MDIC / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Sem pose para foto (Editorial)

O mínimo que se espera da relação entre os presidentes da República e do Banco Central (BC) num regime democrático é o diálogo constante. Não para que o Planalto imponha uma linha de atuação à autoridade monetária, muito menos que o BC opine sobre as composições políticas do Executivo. A interlocução frequente é a forma de endossar a busca por um objetivo comum no governo.

Nesse sentido, a aproximação de Lula da Silva e Roberto Campos Neto é carregada de simbolismo num momento em que encontrar soluções para atingir o equilíbrio fiscal é uma das tarefas mais complexas do governo. Obviamente o sinal teria sido mais adequado se refletisse de fato uma agenda comum, e não apenas uma concessão de Lula a seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como ficou claro.

Haddad teve de insistir sobre a necessidade do encontro, Campos Neto apelou em carta por uma audiência, e Lula da Silva afinal aceitou receber no Planalto o presidente do BC. Pela primeira vez estiveram frente a frente, em reunião fechada, com retardo de nove meses e sem a divulgação da tradicional foto de aperto de mãos entre sorrisos. Foi uma condescendência, não a celebração de uma nova fase.

Até agora o que se sabe da reunião é apenas o que Haddad se permitiu falar. Foi, segundo afirmou, um encontro institucional "produtivo e cordial". Aproveitou para deixar nítida sua torcida para que se torne periódico.

De qualquer forma, um avanço. Principalmente para o ministro, que poderá recorrer com maior desenvoltura ao presidente do BC para auxiliá-lo no convencimento de parlamentares sobre a importância da aprovação no Congresso de medidas para aumentar a arrecadação.

O ritmo de afrouxamento da taxa básica de juros (Selic) depende também, em grande parte, das expectativas sobre quão próximo de cumprir a meta fiscal estará o governo. Na última decisão, o Comitê de Política Monetária deixou muito claro que o corte de juros não ficará acima do 0,5 ponto porcentual nas últimas duas reuniões previstas para este ano.

Não fossem, aliás, os dois cortes recentes, nessa mesma magnitude, dificilmente o presidente Lula teria aceitado receber Campos Neto, a quem criticou inúmeras vezes, de forma rude e impaciente, por

causa da opção do BC pela austeridade monetária como garantia de uma **inflação** sob controle. Mesmo nas críticas, raras vezes dirigiu-se a Campos Neto pelo nome, preferindo usar a desrespeitosa expressão "aquele cidadão".

Indicado para o cargo pelo governo anterior, Campos Neto permanecerá no BC até o fim do ano que vem, por força dos mandatos não coincidentes. É a primeira vez que isso acontece desde que a lei da autonomia do Banco Central entrou em vigor, em 2021. Não está sendo um início amistoso, mas, ao menos, tem servido para evidenciar que as decisões da autoridade monetária têm conseguido se revestir de critérios técnicos, apesar da grande pressão política.

Não é possível saber por quanto tempo a bandeira branca ficará hasteada no Planalto. Mas, enquanto estiver suspensa a artilharia contra o Banco Central, é possível que se reduzam as especulações no mercado financeiro.

Deveria ser esse o padrão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Diálogo de Lula e Campos Neto faz bem para economia (Editorial)

O encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, marca o restabelecimento da normalidade institucional. Lula parece ter reconhecido a necessidade de respeitar o responsável por uma instituição independente que, até o momento, tem cumprido sua missão. A sociedade brasileira espera que a reunião marque uma virada, encerrando a fase de críticas descabidas a Campos Neto, algumas até de ordem pessoal.

Indicado por Jair Bolsonaro, presidente que promoveu a independência do BC, Campos Neto sempre trabalhou de olhos na missão da instituição, não com base em cálculos políticos.

Com os diretores do Comitê de Política Monetária (Copom), começou a subir os juros diante da escalada da **inflação** que se avizinhava no início de 2021, como efeito da pandemia.

Entre as grandes economias, o Brasil foi um dos primeiros a iniciar o ciclo de alta. Em um ano e seis meses, o BC subiu a taxa básica de 2% para 13,75%. Em pleno ano eleitoral, manteve alto o custo do dinheiro, apesar da pressão de bolsonaristas.

Contrariou quem defendia uma postura mais leniente com a **inflação** para aquecer a economia e, assim, favorecer a reeleição de Bolsonaro.

Lento, como toda ação dos bancos centrais, o trabalho surtiu efeito. A **inflação**, que batera em 10% em 2021, foi paulatinamente caindo para perto do teto da meta. Isso permitiu ao BC começar em agosto o ciclo de queda nos juros (atualmente eles estão em 12,75%). A previsão é que a **inflação** de 2023 fique pouco acima do teto e a de 2024 pouco abaixo. Mesmo com o cenário mais tranquilo, a situação exige cuidado.

A média dos cinco núcleos inflacionários monitorados pelo BC - que reúnem os preços menos voláteis, traduzindo a persistência da **inflação** - vem desacelerando, mas continua alta.

No acumulado de 12 meses, caiu de 5,30% para 5,10%. Outra preocupação é com o comportamento dos preços no setor de serviços. A previsão é que continuem a cair, mas o ritmo da desaceleração parece incerto. A demanda sofre pressão da força no

mercado de trabalho, dos programas de transferência de renda e do declínio no preço de alimentos, que aumenta a renda e a demanda por serviços.

A incerteza do cenário internacional é outro ponto de atenção e, na reunião entre Lula e Campos Neto, foi o tema que suscitou maior consenso.

A alta do petróleo, dos juros americanos e a desaceleração chinesa criam uma situação desafiadora, em que ambos concordam ser necessário manter um rumo consistente na política econômica para poder resistir melhor a eventuais choques.

De todos os desafios do governo, o maior é a situação fiscal. Reina no mercado o ceticismo sobre as chances de o governo cumprir a meta de zerar o déficit nas contas públicas em 2024 e de conquistar superávits nos dois últimos anos do mandato de Lula. A desconfiança atrapalha o trabalho do BC por afetar as expectativas de **inflação**. Na reunião, Campos Neto mais uma vez salientou a necessidade de zelo com os compromissos fiscais, mesmo diante das pressões políticas por mais gastos.

O tema poderá voltar a opor governo e BC. Espera-se, agora, que o diálogo ocorra de forma mais civilizada, com base em dados técnicos e sem tentativas de criar barulho e confusão.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187672>

BC eleva projeção de expansão do PIB de 2% para 2,9% este ano

RENAN MONTEIRO

O Banco Central revisou de 2% para 2,9% a projeção de crescimento da economia brasileira este ano. A mudança foi divulgada no Relatório Trimestral de **Inflação**. Para 2024, o BC projeta alta de 1,8%.

Segundo a instituição, o crescimento deste ano teve forte influência da agropecuária, que seria um fator "transitório". Por isso, a alta do ano que vem deve ser menor e mais homogênea.

"Mas alguns dos fatores que explicam o forte crescimento no primeiro semestre de 2023 são transitórios, como o desempenho da agropecuária", diz o relatório.

A economia cresceu 1,8% de janeiro a março, superando amplamente as expectativas.

No segundo trimestre, a alta foi de 0,9%, também acima das previsões.

Na semana passada, o Ministério da Fazenda já havia revisado a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,8% para 3,2% neste ano. Para 2024, a projeção de crescimento do **PIB**, pelo governo, é de 2,3%.

Sobre a condução da política de juros, o BC voltou a enfatizar que deve manter o ritmo de cortes de meio ponto percentual.

Nas últimas duas reuniões, o BC cortou a Selic de 13,75% para 12,75%. A expectativa do mercado é que a taxa encerre o ano em 11,75%, com mais dois cortes de 0,5 ponto nas próximas duas reuniões.

"Em se confirmando o cenário esperado, os membros do Comitê, unanimemente, anteveem redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", diz.

Na quarta-feira, em audiência na Câmara, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, havia adiantado que o crescimento do **PIB** estava sendo revisado para cima. Ele falou em alta do **PIB** de cerca de 3% em 2023 e de 2% em 2024.

Campos Neto argumentou que o mercado "tem errado muito" em suas projeções, desde 2020. Ainda assim, em relação ao Relatório de **Inflação** de junho, a projeção de **inflação** para este ano foi mantida em 5% e a de 2024 teve leve alta, de 3,4% para 3,5%. Para 2025 e 2026, segue em 3,1%.

O BC afirmou que a possibilidade de estouro da meta de **inflação** este ano saltou de 61% para 67%. No mercado, a principal razão citada é a forte alta do petróleo, que pode afetar o preço dos combustíveis.

"A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento e por expectativas de **inflação** com reancoragem parcial, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária", destaca o BC.

67% É o percentual que indica o risco de estouro da meta. Para analistas, o risco para a **inflação** é a forte alta do petróleo, que pode afetar preço de combustível.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economista sugere mudar gasto para acomodar precatórios



Jeferson Bittencourt: Executivo acerta ao pagar o estoque de R\$ 95 bilhões fora da meta de resultado primário

Guilherme Pimenta

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, hoje economista da ASA Investments, defendeu ao Valor que o governo deveria reajustar a base de despesas da nova regra fiscal para acomodar gastos futuros com precatórios.

Com essa saída, o Ministério da Fazenda não precisaria classificar os encargos como despesa financeira, o que retira parte do montante dos limites e da meta fiscal. Tudo continuaria como despesa primária.

Na segunda-feira, 25, o governo pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para diferenciar gastos com sentenças judiciais: os encargos seriam despesa financeira e somente o principal seria despesa primária. A saída foi criticada por parte de especialistas. Até então, tudo é considerado gasto primário e computado na meta de resultado primário e nos limites de gasto.

Bittencourt avalia que o Executivo deveria reajustar a base de despesa desta rubrica com o valor real repassado ao Judiciário. Isso porque a mudança de regra na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criou um "subteto" para o pagamento de precatório. Para este ano, por exemplo, a Justiça mandou o Executivo pagar R\$ 51,7 bilhões em precatórios, mas somente R\$ 17,1 bilhões couberam no limite.

O restante fica represado para os anos seguintes.

Com esse reajuste nessa base do arcabouço fiscal, o governo poderia acomodar, para os próximos anos, todo o gasto de precatório, incluindo principal e encargo, como despesa primária, segundo defendeu o ex-secretário do Tesouro.

"Comecei a calcular o limite de gastos da nova regra com o componente do precatório subestimado.

Assim, para os próximos anos, esse valor estará menor", afirmou.

"Se a regra atual que determina o pagamento de R\$ 17,1 bilhões é inconstitucional na visão do governo, o valor integral deveria ser levado em conta, que são os R\$ 51,7 bilhões. Então, não precisaria entrar nessa discussão de tratar encargos de uma maneira diferente", defendeu. Bittencourt deixou o cargo quando o então ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu a pedalada nos gastos com precatórios para o governo gastar mais no ano eleitoral de 2022.

Com essa proposta, pontua que a despesa primária da União "seria inescapavelmente maior".

"Aí caberia ao governo decidir se quer manter o mesmo nível de esforço primário que se propôs, e estabelecer uma meta pior na magnitude do aumento da despesa decorrente da nova metodologia, ou fazer um esforço fiscal maior e manter a meta zero", ponderou.

Para ele, o governo erra ao tratar o encargo da despesa de forma diferente do encargo da receita. Isso porque, quando se trata da arrecadação, a receita com juros é primária e alivia as contas da União. "Por que os juros que recebem são receita primária e o gasto é despesa financeira?", questionou.

Ele lembra que a "atipicidade" ocorrida em 2021, quando o Judiciário determinou que a União desembolsasse R\$ 89 bilhões com precatórios em 2022, pode voltar a ocorrer. A saída, disse, é a União estabelecer um limite sempre reajustado pelo aumento real da despesa somado com a **inflação**. Se eventualmente a Justiça mandasse o governo pagar além deste limite, o valor superior poderia ser pago

fora dos limites de gasto.

Nesse sentido, os gastos com precatórios são variados ano após ano. Nos precatórios apresentados pelo Judiciário sujeitos ao limite imposto pela PEC, o valor varia de R\$ 42 bilhões em 2022, R\$ 51,7 bilhões em 2023 e R\$ 47 bilhões em 2024. "Essa variação inequivocamente é ruim, ainda mais em uma despesa tão alta", considerou.

Para Bittencourt, o Executivo acerta ao pagar o estoque formado, em torno de R\$ 95 bilhões, fora dos limites de despesa e da meta de resultado primário. "Não vejo por que o mercado deveria reagir mal ao pagamento desta despesa."

"Por que os juros que recebo são receita primária e o gasto é despesa financeira?"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187672>

Banco Central vê ociosidade menor na economia (Editorial)

O Relatório de **Inflação** de setembro do Banco Central confirmou os prognósticos de que as condições para a queda da **inflação** se tornaram ligeiramente piores do que eram. No cenário externo, há riscos tanto de elevação de preços de commodities quanto de valorização do dólar. No cenário doméstico, a capacidade ociosa da economia é hoje razoavelmente menor do que a estimada no relatório anterior, concluído em junho.

A alta do dólar, em função do aumento das taxas de longo prazo dos títulos dos Estados Unidos e do diferencial de crescimento entre a economia americana e o resto do mundo, elevou as projeções de **inflação**. A essa pressão foram incluídos os efeitos ainda mitigados do El Niño sobre os alimentos. Como resultado, a perspectiva para os preços livres no IPCA caiu de 3,7% para 3,2% em 2023, mas a dos preços administrados se elevou de 9% para 10,5%. Nos relatórios anteriores, a evolução dos administrados era cadente, e agora deu um salto. Em consequência, cresceu a probabilidade de que o BC não atinja a meta de **inflação** de 4,5% no próximo ano - era de 21% no documento de junho e subiu para 24% em setembro.

A comparação dos elementos que influenciaram a revisão das projeções de **inflação** entre junho e setembro dá uma ideia das preocupações do BC. Os principais fatores altistas apontados são a "forte subida do preço do petróleo e indicadores de atividade econômica mais fortes do que o esperado". Para baixo, a queda das expectativas de **inflação** e do próprio IPCA. Saíram de cena, a partir de junho, como fatores que ajudavam o BC a derrubar os preços, a apreciação cambial, a queda no preço do petróleo e a utilização da bandeira verde em vez de amarela no reajuste dos preços da energia elétrica (incorporada também ao cenário atual).

As condições financeiras, por outro lado, pioraram em agosto e setembro, o que não ocorrera até julho. As principais diferenças para isso foram os saltos nas cotações do petróleo e nas taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos, além da queda na bolsa doméstica. O Banco Central fez uma reavaliação importante do grau de ociosidade da economia, e a conclusão é a de que ele é menor do que se estimava. O hiato do produto, jargão técnico para designar se a economia está crescendo acima ou abaixo do que poderia crescer, diminuiu. Essa defasagem, que foi

estimada em -1,2% e -1,4% nos segundo e terceiro trimestres do ano, encolheu para -0,7%. Isso significa que a economia está perto de atingir a plena utilização de sua capacidade produtiva e que aumentos maiores da oferta podem começar a provocar pressões sobre os preços. "Indicadores de atividades mais fortes do que o esperado, em especial o **PIB** do segundo trimestre e a taxa de desocupação, e revisão das projeções de curto prazo desses indicadores contribuíram para a estimativa de um hiato mais fechado realizada".

Um dos elementos que entram nessa equação é o comportamento dos salários. Segundo o relatório, de janeiro a agosto, cerca de 55% dos reajustes superaram a **inflação**, em comparação com 33% no mesmo período de 2022. No entanto, como registra a ata do Copom, não há ainda pressões determinantes dos salários sobre a **inflação**.

Eles estão apenas recuperando perdas relevantes diante dos altos índices de **inflação** do passado.

A trajetória da Selic projetada pelo relatório indica juros altos por um bom tempo, o que é compatível com um ritmo modesto de queda da taxa Selic e com as incertezas e riscos sobre o comportamento da **inflação**, com as expectativas ainda parcialmente desancoradas. O pico dos juros ocorreu no último trimestre de 2022, com uma taxa real alta de 7,8%, que persistiu ao longo de todo o primeiro semestre deste ano (7,7%). Ela recuou a 6,9% neste terceiro trimestre e encerrará o ano em 6,3%. Chegará perto da taxa neutra de juros (a que não estimula nem contrai as atividades econômicas) ao fim de 2025 e 2026, com 4,8%, ou seja, em um nível ainda suavemente contracionista.

A situação das contas públicas segue como pano de fundo desfavorável à convergência das expectativas inflacionárias dos agentes de mercado em direção às metas de **inflação**.

Como indicou a ata do Copom, as desconfianças em relação à atitude fiscal do governo Lula eram bastante altas logo após a posse até a apresentação do novo regime fiscal.

Cederam um pouco depois, já que os investidores viram como positiva a tentativa de colocar algum freio

nas despesas - não esperavam nenhum -, mas começaram a piorar novamente diante da perspectiva de que, ao depender excessivamente do aumento das receitas, as metas não seriam factíveis. Ainda não se sabe qual a influência da proposta feita pelo governo sobre o pagamento integral do estoque de precatórios (R\$ 95 bilhões) como crédito suplementar (fora do teto de gastos), com mudança na contabilidade desses gastos, separando o principal da dívida dos encargos de juros, que seriam apartados como despesas financeiras. Boa parte dos investidores classificou a mudança negativamente como "contabilidade criativa".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230928/>